

---

## Bíblia, sim, Constituição, não, diz pastor condenado por preconceito

Condenado por preconceito religioso, depois de fazer vídeos ofendendo de pais de santo a judeus, o pastor Tupirani da Hora Lores acha que o problema está no Direito. Agora, espalha seus e-mails com a mensagem “Bíblia, sim, Constituição, não”.

A última safra de suas produções no YouTube é para defender a torcedora que foi filmada chamando um jogador de “macaco”, em 2014. Acusada de racismo, a mulher fez transação penal e ficou obrigada a comparecer, todo dia de jogo do Grêmio, durante um ano, a um local definido pela Justiça. Agora, segundo o pastor e seus companheiros de religião, ela deveria ser indenizada pela Justiça, pelo cinegrafista e pelos repórteres que noticiaram o caso.

A nova ideia de Lores é que todos os torcedores que estavam no estádio no dia da agressão (há quase três anos) compareçam à delegacia e digam que também chamaram o goleiro de “macaco”, mas que não são racistas. Assim, diz o pastor, vão ver que “quem faz as leis no país não são os filhos da p... do Congresso Nacional”. As Forças Armadas, prega, “podem matar, mas não podem nos curvar a uma lei”.

O caso da torcedora não é a maior preocupação dele na Justiça. Sua condenação por preconceito religioso chegou recentemente ao Supremo Tribunal Federal, em um Habeas Corpus. O Ministério Público já [se manifestou](#) pela manutenção da pena de três anos de reclusão, em regime aberto, e o pagamento de 15 dias-multa.

Ao [julgar o caso](#) do Superior Tribunal de Justiça, o ministro Joel Ilan Paciornik explicou: “Não se trata apenas de defesa da própria religião, culto, crença ou ideologia, mas sim de um ataque ao culto alheio, que põe em risco a liberdade religiosa daqueles que professam fé diferente a do paciente. O acórdão impugnado expressamente considerou que o paciente pregava ‘o fim das Igrejas Assembleia de Deus e igualmente pratica a intolerância religiosa contra judeus’”.

O ministro cita ainda que um membro da igreja de Tupirani publicou vídeos se vangloriando de ter destruído imagens de um centro espírita no Rio de Janeiro. A decisão do STJ lista alguns artigos da Constituição, mas nenhum versículo da Bíblia.

Clique [aqui](#) para ler a manifestação do MPF no Supremo.

Clique [aqui](#) para ler o relatório e o voto do ministro Paciornik, do STJ.

**Date Created**

04/10/2017